



# CONSIDERAÇÕES SOBRE FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL

*Cláudio Freire de Souza*

Doutor em Educação e professor  
da UFMS/Dourados

Em Mato Grosso do Sul a escola se mostrou espaço ideal para as tentativas de modernização e de criação do “estado modelo”. Os diversos planos de Educação são a materialização do desejo de mudanças impresso na ideologia dos intelectuais, mas que não foram capazes de erradicar as práticas velhas, arraigadas nas elites políticas.

Palavras-chave: Educação; política; ideologia.

---

*School has showed the ideal space for the attempts of modernization and the creation of a model state in the Mato Grosso do Sul. The several educational plans are the materialization of the wish of changes printed on the intelligentsia ideology, but unable to eradicate the old practices settled in the political elites.*

*Keywords: Education; politics; ideology.*

---

**E**ste artigo está sendo apresentado como uma contribuição à discussão sobre as políticas públicas voltadas para a Educação nos diferentes governos estaduais de Mato Grosso do Sul (período 79-95) e, como tal, não se propõe a nenhum ineditismo ou presunção de encerramento do que quer que seja. Inicialmente partimos do pressuposto de que existe política de Educação em Mato Grosso do Sul. O que buscaremos demonstrar é que essa política, longe de ser uma ação espontaneísta ou fruto de uma mente iluminada, segue rumos nem sempre precisos, é verdade, mas sempre atrelados a projetos políticos claros para o bloco que em cada momento se reveza no poder do estado.

Durante os primeiros governos estaduais, a improvisação foi marcante nas diversas áreas de políticas públicas do estado e, no discurso dos governantes, a Educação recebia um tratamento especial, pois era vista enquanto indutora da participação e promotora do progresso com ganhos sociais. Esse foi e tem sido o discurso das elites políticas estaduais.

Se buscarmos fundamentação teórica em Antonio Gramsci, é possível compreender, pelas características já tratadas anteriormente, que o que estava acontecendo em Mato Grosso do Sul guardava ligeira semelhança com o que Gramsci chama de *processo de busca de hegemonia e bloco histórico*, conduzido pelas oligarquias regionais, ancoradas na aliança dos latifundiários com os industriais e do capital financeiro em associação com o comércio. Bloco

histórico<sup>1</sup> reacionário que constantemente dissimulava sua ação, via cooptação de lideranças populares, ou mesmo indicação de pessoas (intelectuais)<sup>2</sup> ligadas a partidos políticos de esquerda para ocupar cargos, em geral de segundo escalão em Secretarias de Estado, cujo poder de mobilização popular era muito diminuto.

A conquista do poder em Mato Grosso do Sul estava sendo feita pelas classes burguesas, mais precisamente pela burguesia agrária associada, como principal protagonista ou, em outras palavras, de forma hegemônica. As continuadas desavenças entre as diversas facções oligárquicas, em disputa permanente pelo poder executivo desde a implantação do novo estado em 1979, servirão como argumento e prova suficientes dessa linha de raciocínio uma vez que o conceito de hegemonia comporta e esconde em seu interior um conjunto complexo de interesses que envolvem uma série de atores, desempenhando papel destacado os intelectuais como promotores do consenso (Secretários de estado, diretores de autarquias, burocratas planejadores, comunicadores, professores, etc.).

O bloco do poder no estado avança aos saltos, vencendo contradições internas, e sempre que uma ala está no poder tende a implantar, via novo corpo teórico-político, programas e projetos que se justapõem e misturam-se uns aos outros, compondo um emaranhado de conceitos de diversos matizes teórico-metodológicos que garantem a continuidade histórico-temporal dessa hegemonia determinada.

---

<sup>1</sup> “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1987, p. 52).

<sup>2</sup> “Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ das grandes massas da população quanto à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante, à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal, que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1982, p. 14).

Essa forma de dominação estabelecida encontra pouca resistência para se consolidar em Mato Grosso do Sul no final dos anos setenta e início dos oitenta, em virtude da precária coesão dos setores populares, reféns dos barbarismos da ditadura militar que quebrou a organização da sociedade civil e desmantelou as mobilizações populares.

A origem rural da maior parte da população do estado acentuadamente na década de setenta e cinco/oitenta e cinco, o crescente fluxo migratório rumo ao Centro-Oeste e à Região Amazônica (estimulado a partir da década de setenta) enquanto política de ocupação do território brasileiro, foram outros fatores que interferiram na desagregação das até então débeis resistências ao domínio oligárquico regional. Podemos também mencionar, dentro da questão nacional, a aliança programática entre militares no poder e os grandes fazendeiros visando promover as reformas sem sobressaltos.

Dessa maneira, embora alguns movimentos populares, dentre os quais podemos apontar as Associações de Professores, os posseiros de Naviraí, os sem-terra, demonstrassem seu inconformismo com os desmandos e as lutas internas das oligarquias – que estavam mais preocupadas em manter seu espaço de poder no bloco histórico que em assumir o conjunto de problemas da realidade estadual e apontar-lhes as soluções concretas – a frágil coesão entre esses movimentos foi a responsável maior pela sua fraqueza política e ideológica.

No campo da organização do estado, o domínio político e ideológico em Mato Grosso do Sul é exercido pelas oligarquias de base rural/urbana (*rurbana*), em associação com segmentos intelectuais de classe média, em muitos casos originalmente ligados a partidos de esquerda, que no início da implantação do novo estado executaram as tarefas intelectuais para o bloco histórico, centralizando o domínio de todo esse conjunto.

Sob esse ângulo é possível compreender por que o maior movimento de massas organizado e desencadeado pelos governos de Mato Grosso do Sul (período 79/95) tenha sido o projeto “Educação para a Democracia” (1983); uma proposta de Educação de viés liberal que inovou pela coragem de pôr em discussão a questão da Democracia e Cidadania no ‘pós’-ditadura militar.

Os intelectuais assumem aí um papel importantíssimo dentro do novo bloco do poder (chamado de governo de oposição, 83-87). Tinham dentro do

bloco o papel de buscar a explicação da relação dialética entre ação e consciência das classes dominadas, ou seja, trabalhar a inculcação ideológica sobre a consciência dessas classes uma vez que sua própria maneira de pensar estava subordinada à hegemonia das forças políticas aparentemente contrárias. Havia a necessidade de justificação das ações buscando ocultar ao máximo as contradições presentes nas alianças de poder, usando os recursos da linguagem com fortes vínculos populares e perfeito conteúdo de expectativas de mudanças, visto que essas eram idéias mais gerais e fortemente presentes nos meios formadores de opinião do Estado nacional no final dos anos 70.

Ou, como diz Gramsci:

Qualquer estado tem um conteúdo ético, na medida em que uma de suas funções consiste em elevar a grande massa da população a um certo nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde à necessidade de desenvolver as forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. Nesse campo, a **escola**, em sua função educativa positiva, e os tribunais, em sua função educativa repressiva e negativa, são setores de atividade estatal essenciais: [...] que compõem o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (*apud* MACCIOCCHI, 1980, p. 150).

Portanto, a questão ideológica, ou de visão de mundo necessária ao processo de dominação, deveria encontrar na escola pública seu espaço preferencial, embora muitas vezes faltasse clareza aos próprios condutores do processo no poder sobre como ocupar esse espaço.

A busca de uma filosofia, uma moral, um senso comum unificador, costumes e tradições são elementos importantes para a formação de valores através dos quais a classe dominada reconheça e aceite como legítimos os princípios dos dominantes.

Se, em determinados momentos, utilizaram-se os instrumentos de coerção para frear os ímpetos populares (como ocupação de fazendas pelos sem-terra, ocupação de praças públicas, fechamento de rodovias, ocupação de repartições públicas do estado) enquanto expressão das relações econômicas vigentes (excludentes e concentradoras de rendas – latifundiária), em outro campo, a Educação, trabalhava-se à procura de princípios que favorecessem a veiculação de certos valores. Como diz Gramsci:

Missão educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a “civilização” e a moralidade das mais

amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção (GRAMSCI, 1978, p. 91).

Alguns integrantes do primeiro escalão do governo do estado tinham claro o papel que a Educação deveria desempenhar para garantir a hegemonia das oligarquias estaduais, ao mesmo tempo em que propiciaria a segurança de mão-de-obra qualificada e de lucros nos investimentos da burguesia:

Só a educação, conduzida num sentido de aliança da técnica e do humanismo, poderá corrigir os conflitos, estabelecer a justiça social e dar sentido à vida (ASPECTOS..., s.d., p. 2).

Essas declarações (liberais) proferidas pelo então Secretário de Estado de Educação, Hércules Maymone, demonstram a medida do impulso burguês que as políticas de Educação deveriam tomar dentro da aliança oligárquica que governava o estado de Mato Grosso do Sul. Essas “profecias” mais parecem bravatas, ao mesmo tempo que denunciam o caráter idealista dos formuladores das políticas.

A luta contra a velha escola era justa, mas a reforma não era uma coisa tão simples como parecia, não se tratava de esquemas programáticos, mas de homens, e não imediatamente dos homens que são professores, mas de todo o complexo social do qual os homens são expressão (GRAMSCI, 1982, p. 121).

Em outro documento do Governo do estado de Mato Grosso do Sul, datado de 1983, afirmava-se o seguinte:

Constituem elementos de riqueza de uma região o seu potencial de recursos naturais e seu capital. [...] Por outro lado, é através da **educação** e do treinamento da mão-de-obra que se consegue, ao longo do tempo, melhorar o perfil de distribuição da renda, a partir do democrático processo de ascensão social (DIRETRIZES..., 1983, p. 66).

Dentre as divergências de condução que caracterizavam os participantes do bloco histórico no poder com relação à gestão da escola pública, estava presente o próprio conceito de Democracia que requeria, para alguns, a idéia de condução (os clientelistas conservadores) e, para outros, de participação (os liberais democratas).

Em um pequeno artigo como esse, pouco se pode aprofundar sobre um tema tão amplo. No entanto, que ele sirva como uma tentativa de se montar um quadro histórico-político do estado com base em dados das mais diversas fon-

tes, para compreender como se dão as relações políticas entre os principais setores oligárquicos e as políticas públicas daí decorrentes, em especial a política educacional.

A visão metodológica que estamos construindo parte da estrutura material de produção da sociedade e tem nas relações materiais de produção o fundamento da superestrutura enquanto reflexo das relações sociais de produção. É a partir desses elementos, que consideramos essenciais, porém não únicos, que buscaremos compreender as lutas políticas internas e o caráter oligárquico dos quadros governantes.

Objetivamente sabemos das limitações e já dissemos da dificuldade de registro de todo esse processo político/educacional em tão poucas páginas, porém registramos nossas idéias-chaves e continuamos tendo a preocupação de compreender os diversos movimentos das forças políticas estaduais como forma de identificar o bloco histórico no poder e descrever seu projeto político. E, considerando-se correta a tese gramsciana de que *“toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”* (GRAMSCI, 1987, p. 37), cremos ser necessário aprofundar a análise sobre as oligarquias regionais para entender seus projetos educativos, em especial o formal ou o que diz respeito à escola, tendo em vista que elegemos a tese de que educar é um ato político, com todas as implicações que esse procedimento venha provocar.

Em sendo a Educação um ato político é o Educador o ser político responsável por esse ato, portanto um agente político, quicá de transformações. Desse modo afastamos a presunção de uma suposta postura ingênua por parte dos formuladores das políticas sociais, em especial as de Educação, sob pretexto de resguardar um pseudo caráter imparcial da Educação. Os intelectuais engajados nesse trabalho nos diversos governos de Mato Grosso do Sul, no período 79/95, deram seu contributo ao bloco histórico no poder ao estabelecerem políticas voltadas para a manutenção do *status quo* e tentarem abafar, em nome da ordem, o conflito crescente na sociedade sul-mato-grossense, parte dele proveniente do constante deslocamento da população rural, expropriada de suas terras, para os grandes centros urbanos do estado. Considerando as políticas de Educação de Mato Grosso do Sul no período 79/95, podemos dizer que a escola teve seu papel de agente político (função do aparelho ideológico)

voltado para a conservação do modelo de dominação de facções de classe, onde a burguesia rural associada desempenhou papel preponderante.

### **Referências Bibliográficas**

- ASPECTOS e perspectivas da Educação em Mato Grosso do Sul. Campo Grande : Secretaria de Educação/MS, [s.d.].
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4.ed. Campinas : Papirus, 1994.
- DIRETRIZES da ação do Governo [do Estado de Mato Grosso do Sul] : 1983-1986. Campo Grande, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 7.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo : Círculo do Livro, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo : Paz e Terra, 1977.
- SOUZA, Cláudio Freire de. *Terra e poder em Mato Grosso do Sul : as alianças políticas e os projetos de Educação*. Piracicaba, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – UNIMEP.

